



ASSOCIAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL DA POLÍCIA MARÍTIMA

05 JANEIRO 2016

NOTA À IMPRENSA

“Segurança Interna e Defesa Nacional com assessorias distintas”

A Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima (ASPPM) saúda a iniciativa do Primeiro-Ministro António Costa pela nomeação de assessores distintos para as áreas da Segurança Interna e da Defesa Nacional, autonomizando cada um dos departamentos setoriais no âmbito do seu gabinete.

A atual posição do Primeiro-Ministro é, na verdade, consentânea com a sua postura enquanto ex-responsável pela tutela da Segurança interna.

A ASPPM recorda António Costa como um impulsionador da missão das Forças de Segurança no controlo das áreas marítimas que constituem fronteira externa da União Europeia, em detrimento do designado modelo de duplo uso das Forças Armadas.

Num momento em que o papel das Forças Armadas na segurança interna parece clarificado, esta separação temática da defesa nacional e da segurança interna constituem uma importante marca para o cumprimento do atual quadro constitucional.

A ASPPM relembra a existência de diversos casos relacionados com a segurança interna no mar, que foram tratados como estando cometidos à Marinha, quando, nos termos constitucionais caberiam à Polícia Marítima.

A ASPPM considera assim estarem reunidas condições para garantir uma adequada assessoria em matéria de segurança interna nas áreas marítimas, questão que caberá, com toda certeza, aos respetivos assessores oriundos da GNR e PSP, afastada que está a assessoria militar.

Ainda que desconhecendo o currículo de cada um dos assessores para a segurança interna, a ASPPM não duvida das excelentes capacidades dos nomeados, por se tratarem, antes de tudo, de profissionais das Forças de Segurança.

A Direção Nacional